

## **PARECER Nº       , DE 2012**

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2007, que *dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudas*.

**RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA**

### **I – RELATÓRIO**

A proposição em exame é o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 523, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a Política Nacional de Sementes e de Mudas*.

O PLS em questão institui a Política mencionada, estabelece seus objetivos (art. 1º); determina os princípios que regerão a Política (art. 2º); trata das ações do Poder Público e da regulamentação infralegal (art. 3º). O último artigo trata da cláusula de vigência da lei (art. 4º).

Em sua justificção, o autor argumenta que a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas (SNSM), regula a produção, a proteção e a comercialização desses insumos, mas não trata adequadamente do melhoramento genético das sementes e mudas, tão importantes para o desenvolvimento da produtividade agrícola.

O PLS nº 523, de 2007, foi distribuído às comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo a esta a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao PLS nº 523, de 2007, no prazo regimental.

A proposição foi aprovada na CMA, com emenda para incluir no título a partícula “e”, corrigindo-o para “Política Nacional de Sementes e de Mudas”. Entretanto, o PLS foi rejeitado na CCT, porque na legislação vigente já estão garantidos a preservação da identidade e da qualidade das sementes e mudas, assim como o estímulo às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

## **II – ANÁLISE**

Inicialmente, cabe destacar que compete a esta Comissão opinar, no mérito, em assuntos correlatos ao planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola, e à política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária, mediante estímulos fiscais, financeiros e creditícios à pesquisa e experimentação agrícola, pesquisa, plantio e comercialização de organismos geneticamente modificados (incisos II, III e XVIII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal).

Em face do caráter terminativo da matéria, cabe a esta Comissão se manifestar também quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto à constitucionalidade do PLS nº 523, de 2007, destaca-se que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

A preservação das florestas, da fauna e da flora e o fomento à produção agropecuária e a organização do abastecimento alimentar são de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme o art. 23, VII e VIII, da Constituição Federal (CF).

Adicionalmente, legislar sobre produção e sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente é de competência concorrente entre a União, estados e municípios, conforme o art. 24, V e VI, da CF.

A Proposição não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF), tampouco está entre as competências exclusivas do Congresso Nacional ou de suas Casas, especificadas nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

A matéria não está reservada pela Constituição Federal a lei complementar.

No tocante à técnica legislativa, a redação contempla os mandamentos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto à juridicidade, o tratamento da matéria via edição de lei é adequado. Porém, concordamos com a opinião exarada pela CCT, de que a matéria não inova o ordenamento jurídico, apesar de meritória.

Ocorre que já existem diversos dispositivos legais que tratam do desenvolvimento de cultivares e da produção, armazenamento e comercialização de sementes e mudas, bem como sua fiscalização e proteção intelectual.

A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, estabelece em seu art. 19 que o Poder Público deverá fomentar a produção de sementes e mudas de essências nativas (inciso VI). Seu art. 49 dispõe que “o crédito rural terá como beneficiários produtores rurais extrativistas não predatórios e indígenas, assistidos por instituições competentes, pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como produtores rurais, entre outras atividades se dediquem à produção de mudas ou sementes básicas, fiscalizadas ou certificadas”. E seu art. 70 assegura tratamento fiscal favorecido à produção de sementes puras e melhoradas.

A análise da legislação recente nos permite afirmar que há tratamento adequado ao tema e que as demandas e preocupações manifestadas pelo autor do PLS já estão amplamente atendidas. Dentre os principais dispositivos legais existentes podemos citar:

- Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, conhecida como Lei de Proteção de Cultivares, regulamentada pelo Decreto nº 2.366, de 5 de

novembro de 1997, que dispõe ainda sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC);

- Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas (SNSM), e é regulamentada pelo Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004;

- Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), e dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança (PNB), e é regulamentada pelo Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005.

No nível infralegal há ainda diversas instruções normativas e portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tratando de procedimentos gerais relacionados à importação de material destinado à pesquisa científica; produção, importação e exportação, comercialização e utilização de sementes e de mudas. Muitas outras normas tratam da produção de sementes ou mudas de culturas específicas.

Destaque-se que o Manual de Crédito Rural do Banco Central também trata, entre as finalidades especiais do crédito, da produção, do beneficiamento e da distribuição de sementes ou mudas, básicas, fiscalizadas ou certificadas.

Ademais, devemos destacar que o setor de sementes e mudas está bem organizado e conta com entidades representativas nos estados e no nível federal, como a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM) e a Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas (ABCSEM).

### **III – VOTO**

Pelos motivos expostos, opinamos pela *rejeição* do Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2007.

**Sala da Comissão**, 1º de novembro de 2012.

Senador Acir Gurgacz, **Presidente**

Senadora Ana Amélia, **Relatora**



**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2007**

**TERMINATIVO**

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 01/11/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

**RELATOR:** \_\_\_\_\_

SEN. ACIR GURGACZ  
SEN. ANA AMÉLIA

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (Presidente)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO	3. Tomás Correia (PMDB)
Ana Amélia (PP) (Relatora)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	2. Cidinho Santos (PR)
PSD PSOL	
Sérgio Petecão	1. Marco Antônio Costa



# COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 523, DE 2007

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIDIO DO AMARAL		X			1. ANGELA PORTELA				
ANTONIO RUSSO					2. EDUARDO SUPPLY		X		
ZEZE PERRELLA					3. WALTER PINHEIRO				
ACIR GURGACZ					4. JOÃO DURVAL				
RODRIGO ROLLEMBERG		X			5. ANTONIO CARLOS VALADARES				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA					1. VAGO				
CASILDO MALDANER					2. ROBERTO REQUIÃO				
VAGO					3. TOMÁS CORREIA		X		
ANA AMÉLIA		X			4. LUIZ HENRIQUE				
IVO CASSOL					5. CIRO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA		X			6. JOÃO ALBERTO SOUZA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLEXA RIBEIRO		X			1. ALOYSIO NUNES FERREIRA				
CYRO MIRANDA					2. ALVARO DIAS				
JAYME CAMPOS					3. CLOVIS FECURY				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO SOUZA (PMDB/PR)		X			1. MOZARILDO CAVALCANTI				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES					2. CIDINHO SANTOS				
TITULAR - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO PETECÃO					1. MARCO ANTÔNIO COSTA				

TOTAL: 9 SIM: — NÃO: 8 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 01 / 11 / 2013

Senador ACIR GURGACZ  
PRESIDENTE DA CRA

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)